

A administração municipal e o ruralismo pedagógico

J. ROBERTO MOREIRA
Técnico de Administração

No ensaio a seguir, firmado por um arguto professor de psicologia, ex-diretor do Instituto de Educação de Sta. Catarina, procura-se ressaltar a transcendência do problema da educação rural, condicionando-o à área, ao conhecimento tecnológico, à cultura moral e consequente possibilidade do uso dos recursos naturais de cada município, tendo-se em vista as barreiras físicas e sociais, para sua melhor situação dentro da "constelação" nacional.

Buscando para o fenômeno fundas raízes na ecologia, o autor procura uma solução para o caso brasileiro, estudando desde a possibilidade da divisão do país em regiões que merecem tratamento pedagógico diferenciado até à educação nacionalizadora do imigrante. (N.R.)

AS questões relativas à educação rural, já debatidas extensamente por educadores brasileiros, devem ser compreendidas e atacadas de um ponto de vista mais amplo que o das simples considerações de ordem pedagógica e didática. Com isto não pretendemos enunciar qualquer novidade. Apenas é nosso propósito demonstrar a interdependência de vários problemas político-administrativos e sua relação com o dinamismo funcional de certos organismos sociais.

Para tal fim repetiremos de início algumas conclusões universalmente aceitas, das modernas ciências biológicas e sociais, sua relação com os problemas educacionais e com outros problemas de política e administração, para, enfim, tratar do assunto principal deste artigo. Naturalmente somos obrigados à síntese e a aceitar várias hipóteses e teorias como bastante conhecidas por quem nos ler, já que falta espaço e tempo para fazer a sua exposição.

2. "Reduzida a seus elementos, a comunidade humana pode ser considerada como sendo ecológicamente o produto de 5 fatores inter-atuantes: uma população (1) que vive numa área, (2) possuindo artefatos (cultura tecnológica) e (3) costumes e crenças (cultura não material), uns e outros determinando (4) o uso de recursos naturais e (5) as funções executadas na divisão do trabalho. Na comunidade humana estes fatores agem (1) na sua distribuição especial, (2) na organização funcional, (3) na sua posição em uma constelação de comunidades, e (4) nas mudanças, dentro da comunidade, quer ecológicas, quer sociais". (1)

Considerados estes 5 fatores e suas 4 conseqüências principais, de acordo com a síntese acima, compreende-se facilmente que, num país como o Brasil, onde os fatores 1, 2, 4 e 5 diferem extraordinariamente de região para região e, dentro destas, configurando-se em campo por graus diversos de intensidade dinâmica, o município se apresenta, ecológicamente, como a unidade por excelência. E' sobretudo pela consideração do arranjo especial da população, da economia e das instituições nessa unidade, considerada como uma comunidade local, que poderemos compreendê-la, depois, na constelação de comunidades que figuram no campo regional e, finalmente, no nacional.

Se nós considerarmos um município determinado, podemos, a partir dos fatos que se processam nos seus limites, estudar a sua estrutura dinâmica, em si; mas, se quisermos, depois, considerar êsse e outros municípios estudados do mesmo modo, como um todo, uma constelação, não basta fazer a sua justaposição, somá-los simplesmente. A constelação apresentará estrutura própria. Assim,

(1) A.B. Hollingshead — in "An Outline of the Principles of Sociology", by Park, Reuter et al — New York, 1939.

por exemplo, se representássemos um município em relação com uma zona estadual, um Estado, uma região nacional, o país e um fato econômico universal, o gráfico apresentaria o município como um ponto na zona estadual, dentro da qual possui caráter de membro, isto é, de caracterizar-se por pertencer a ela, embora se diferencie, como indivíduo, dos outros municípios da mesma zona. De forma semelhante seria representada a zona no Estado, êste na região do Brasil respectiva, e esta, por sua vez, no país. O fato econômico universal, produção industrial, por exemplo, seria representado no gráfico por uma outra região que teria áreas comuns com as já descritas, abrangendo o município, e área independente, relativa a outras regiões do mundo, que não a do Brasil.

Embora se apresentasse como esquema incompleto, o gráfico sugeriria as razões e os imperativos que levam à compreensão dos aspectos dinâmicos ou funcionais das relações espaciais e das mudanças temporais, considerados os diversos campos geográfico-sociais do Brasil. Como se vê, o que temos em vista é uma construção topológica em que, passando de regiões menos amplas a outras que as abrangem, tendo em vista barreiras físicas e sociais, possamos compreender a comunidade local dentro da constelação de que faz parte, e esta dentro do Brasil. (2)

3. Conforme, portanto, a área, a cultura tecnológica, a cultura moral, a conseqüente possibilidade do uso dos recursos naturais e as funções determinadas pela divisão do trabalho, no município, tais serão sua organização funcional, sua posição, entre os demais, de simbiose e nas suas instituições sociais.

Conseqüentemente, os municipalistas brasileiros têm razão no pregar a importância da administração municipal, que exige técnicos dos mais capazes, cujo trabalho deverá partir justamente do estudo da ecologia local para o planejamento administrativo, naturalmente sem perder de vista as relações entre as comunidades locais da constelação regional, e das regiões entre si.

Ora, se é assim, por certo que a educação, como instituição social que é, deve ser considerada tam-

bém do ponto de vista municipal. Não que se deva traçar uma política educacional a partir apenas da consideração do município. Já vimos que a ecologia, estudada genotipicamente, não permite hipóteses associacionistas. O que se deve fazer é a adoção de uma política educacional que permita a consideração do município como uma comunidade que tem seus aspectos ecológicos próprios, uma vez que a estabilidade relativa ou a contínua mudança das modalidades de divisão do trabalho local, bem como da distribuição de população pode exigir ou não, um processo contínuo de ajustamento institucional.

4. O que se deduz desde logo destas premissas é que, em face da realidade municipal, a administração do ensino não pode ser realizada segundo princípios de rígida centralização nacional, nem tão pouco de absoluta descentralização.

Se temos razões para desconfiar que uma autonomia completa de iniciativa regional e privada, nos problemas educacionais, pode ser perigosa, quando se tem em vista certos conceitos nacionalistas, seria mais perigosa ainda partir daí para um centralismo a qualquer preço.

Conforme estabelece I.L. Kandel (3), pelo exame da educação pública nos Estados Unidos, na Alemanha, na Inglaterra, na França e na Rússia, o progresso educacional tende a ser lento nos sistemas centralizados; as escolas elementares na França e na Alemanha permaneceram imutáveis no seu currículo por 30 a 40 anos. Nos Estados Unidos, onde a iniciativa privada é ampla, a escola se adapta às solicitações do meio, porque depende intimamente de associações locais, que a fiscalizam, fazendo-lhe exigências e criticando-a. Na Inglaterra tende-se hoje à realização de uma política educacional centralizada, embora não se procure cortar a autonomia das entidades municipais e privadas. Na Rússia, a política de educação é de âmbito nacional, enquanto se concede liberdade às instituições locais e aos professores de organizar programas e ensaiar métodos progressivos de ensino.

Seja como fôr, porém, o balanço destas experiências, realizadas em outros países, é contrário à centralização rígida, à uniformidade escolar, à identidade dos currículos, etc.

(2) Veja-se sobre êste assunto, para melhor compreensão das questões ecológicas; *The City* — by R.E. Park et all (Chicago, 1925); *Principes de Géographie Humaine* — par Vidal de La Blache (Paris, 1922); *The Human Habitat* — by Huntington, Ellsworth (New York, 1927).

(3) Veja-se *Encyclopaedia of Social Science*, vol. v, art. Public Education, by I.L. Kandel.

5. Infelizmente, apesar da autonomia estadual que prevaleceu até 1937, não se realizou no Brasil a escola regional, adaptada às condições do meio. Tanto assim é que uns Estados procuraram imitar os outros, despreocupados de suas próprias condições e exigências ambientais.

Parece que Santa Catarina e Paraná limitaram-se a copiar São Paulo, da mesma forma que o fizeram alguns Estados do Nordeste. Bahia parece ter querido seguir Minas Gerais, e assim por diante. E, em todos êles, Estados líderes ou imitadores, a escola foi uma instituição que se impôs ao município. Não surgiu de suas necessidades. Veio, planejada e pronta, de fora. Quando muito, certos municípios, cujas riquezas permitiam um orçamento mais folgado, instalavam, por sua conta e risco, com professores improvisados, algumas escolas isoladas, cujo modelo lhes era fornecido pelo Estado.

A imitação e a uniformidade iam a tal ponto que, às vezes, até os livros de leitura eram os mesmos, no Sul e no Norte. O praieirozinho, de barbiga inchada e faces pálidas, devia ter o mesmo comportamento escolar que o paulistinha proletário, talvez não menos doentio, mas certamente com mentalidade em formação, bem diferente.

“Na praia como no sertão, nos grandes centros urbanos como nas pequenas cidades, a escola primária é absolutamente a mesma, a despeito das tinturas teóricas com que, às vezes, se finge diferenciá-la nos programas. Uniformizadas, não apenas como deveriam ser no seu espírito fundamental, e dominadas exclusivamente pela sua função alfabetizante, que não conseguem desempenhar, as nossas escolas primárias não são organizadas no sentido de reagir eficazmente sobre o meio em que se instalam e em que podiam exercer poderosa ação social e de orientação prática e educativa das atividades locais”.

“As escolas, localizadas em zonas agrícolas, com campo de experimentação, na praia, em zonas de pesca, ou em meios francamente industriais, deviam tôdas, sem perderem a sua unidade substancial, organizar-se em conformidade com o ambiente a que são chamadas a servir”. (4)

6. Conhecida a situação econômico-social de um município, isto é — como postula o prof. Fer-

nando de Azevedo na citação anterior — do meio ou do ambiente a que deve servir a educação, poder-se-á, então, determinar o tipo de escola a ser estabelecido ali. Penso, porém, que esta fórmula é um tanto simplista e encobre certos problemas que merecem ser considerados.

Para positivar isto e dar uma idéia de como se diferenciam os municípios na sua organização dinâmica, desejávamos oferecer figuras ou gráficos representativos, a título de generalização a ser revisada e tornada mais concordante com os fatos; seriam construções topológicas, tendo em vista a permeabilidade das fronteiras do município e dos limites dos seus grupamentos humanos, bem como a maior ou menor intensidade das barreiras entre suas classes sociais. (5) Tomaríamos para exemplo 5 tipos possíveis de municípios, tendo em vista as informações atuais que possuímos de algumas regiões do Brasil, por observação própria e por leitura: do alto sertão, da zona rural, da zona urbana industrial, da zona litorânea e das zonas de colonização estrangeira.

As fronteiras externas de um município de alto sertão apareceriam em traço forte, o que é símbolo de pouca permeabilidade; essas fronteiras são de natureza física: distância, falta de transportes, isolamento natural, enfim. No alto sertão não há fortes barreiras entre duas classes: a dos pseudo — proprietários de terras, os sertanejos que, sem título de posse ou aforamento, se instalam em terras devolutas ou em partes não exploradas dos latifúndios, e os que trabalham para os grandes proprietários. E' relativamente freqüente a passagem de elementos de um para o outro grupo.

A barreira surge entre os grandes proprietários e os outros, sem que, todavia, consiga impedir o contato de uns e outros; contato afetivo, às vezes, mas que não leva à transposição de elementos de uma para a outra classe; não há mobilidade vertical. Dentro das classes, os limites dos grupamentos — que seriam representados na figura por pequenas áreas em forma de célula, — são permeáveis.

Já na zona rural propriamente dita, a separação entre os ricos e os outros é maior. O fazendeiro

(4) Veja-se *A Educação Pública em São Paulo*, por FERNANDO DE AZEVEDO — Companhia Editora Nacional, 1937.

(5) Sobre os estudos topológicos, podemos indicar: J.F. Brown — *Psychology and the Social Order (An introduction to the Dynamic Study of Social Fields)* — New York, 1936; e P. Franklin — *“What is Topology?”*, in *Philosophy of Science*, 1935, 2.

passa grande parte do seu tempo nas cidades. Daí o menor contato com os camponeses que trabalham na sua propriedade e com os pequenos proprietários dos arredores. Nos povoados e pequenas cidades do interior, eles são vistos como grandes senhores que devem ser respeitados. Não acontece o mesmo, entre trabalhadores rurais e os pequenos proprietários. O contato e a mobilidade social de um para o outro grupo é maior.

Nos municípios praiheiros, onde predomina a pesca, há duas classes, separadas por barreira transponível: os trabalhadores do mar e os proprietários de barco e apetrechos de pesca. Embora seja possível apontar casos de separação e, não raro de conflito entre ambas, em geral isto não acontece. Frequentemente uns cooperam com os outros, nos mesmos trabalhos e, em vez de os primeiros receberem salários, recebem uma porcentagem razoável do produto da venda do pescado.

A classe capitalista geralmente fica fora do município; compra e revende o pescado, ou mantém indústria para o seu beneficiamento. Existem naturalmente municípios costeiros em que, com a pesca, há outras meios de produção. Estamos, todavia, apontando apenas certos tipos de comunidade municipal, como Pôrto Belo e Parati, em Santa Catarina, onde aquela é que é a realidade.

Nos municípios de colonização estrangeira, poderíamos distinguir os das zonas rurais e os industriais. Em alguns casos, como os municípios de Joinvile, Jaraguá, Blumenau e Brusque, são ao mesmo tempo industriais e agrícolas. O operário é ali um pequeno burguês. Trabalha nas fábricas de tecidos, pequenas indústrias metalúrgicas, serrarias, cervejarias, etc., e possui casa própria, às bordas da cidade, com seu quintal, uma ou duas vacas leiteiras, galinhas e alguns porcos. O meio de condução por excelência, é a bicicleta. Todavia, em Joinvile e Blumenau já começam a existir os verdadeiros proletários, homens que nada têm de seu senão os braços para trabalhar e uma família para alimentar.

Nos municípios de colonização estrangeira é manifesto o problema da nacionalização e da assimilação. Em geral, os agrupamentos nacionais e de imigrantes conseguem estabelecer zonas comuns, áreas que teriam perímetro entrelaçado em um gráfico topológico. Mas também se formam zonas marginais, principalmente na classe média e burguesa, de grupos que resistem à assimilação.

Nos municípios industriais, as barreiras entre as classes são bem mais acentuadas, e os limites dos agrupamentos na burguesia capitalista e na classe média são pouco permeáveis.

Com estas generalizações genóticas não queremos, de modo algum, dar por completa a topologia municipal. Apresentamos somente 5 *exemplos incompletos*, para mostrar a configuração especial que pode ter cada município. E, conforme seu dinamismo funcional específico, tal deve ser o sistema educacional que aí esteja em ação, sob pena de aparecer como algo marginal e desligado da vida da comunidade.

7. Evidentemente, no alto sertão, onde as populações se espalham por grandes áreas, separadas por grandes distâncias, torna-se difícil organizar e distribuir os benefícios da administração e, conseqüentemente, também as escolas. Olhando-se o mapa do Brasil, impresso com a divisão municipal de 1943 (6), a gente vê logo o que são tais municípios, enormes e de população escassa.

Para se compreender o problema que constitui este fato, de um ponto de vista educacional, basta ter em vista estas linhas de Lourenço Filho que assim mesmo, vê, afinal, em tons côr de rosa o nosso panorama pedagógico:

“A matrícula média por escola vai gradativamente subindo: é de 51, em 1907; de 57 em 1920; de 63, em 1930. A matrícula sobe, no período de 1871 a 1930, de 16 vezes; o número de escolas apenas de 8. Isto significa que a expansão escolar atendeu especialmente às localidades de população adensada ou seja, às vilas e às cidades.” (7)

Um técnico do Serviço de Estatística de Educação Saúde, segundo relata ainda o sr. Lourenço Filho, “supõe a existência de uma população infantil de mais de um milhão de crianças de 7 a 13 anos, em área não escolarizada — isto é, onde não existem escolas atualmente — e também não escolarizável, isto é, em que a densidade da população, por muito rarefeita, não comporta escolas de tipo comum.”

Como atender a tais necessidades? a tal problema dos municípios do alto sertão?

(6) Divisão Municipal do Brasil — mapa organizado pelo I.B.G.E.

(7) Lourenço Filho — Tendências atuais da Educação Brasileira — Edições Melhoramentos — s/data.

Leôncio de Carvalho, ainda no Império e tendo em vista o meio rural em geral, sugeriu a criação de escola ambulantes. J. Orlandi, do Departamento de Educação de São Paulo, relembra as idéias de M.B. Cossio, relativas às missões culturais em Espanha. No Brasil elas poderiam ter grande função educativa nos municípios isolados, do alto sertão. Talvez que valesse a pena estudar as possibilidades de sua prática.

“As missões culturais — escreve o sr. J. Orlandi — procuram criar nova mentalidade coletiva, infundir características de vida melhor aproveitada, despertar nos grupos a compreensão de sua força e das possibilidades do meio onde vivem. Fál-os participar de uma civilização melhor sem provocar o êxodo local. Estabelecem diretrizes de civilização.” (8) Eu devo confessar que a êste respeito tenho minhas dúvidas, como também acho que “uma nova mentalidade coletiva” não pode ser o produto de missões culturais, pois que essa mudança implica certamente outras mudanças ambientais, anteriores, ecológicas.

Além disso, no caso das missões culturais, devemos considerar o problema da dificuldade de transporte coletivo no alto sertão e o das enormes distâncias. A conquista do sertão não se fará apenas pela educação. A marcha para o Oeste supõe estradas, a navegação intensiva dos grandes rios, o avião acessível senão a tôdas, pelo menos a quase tôdas as bolsas.

Quem sabe, para o caso em vista, a melhor solução fôsse a de realizar nas sedes municipais do alto sertão, cidadezinhas onde as condições de vida coletiva não são totalmente precárias, a idéia sugerida por M. A. Teixeira de Freitas: a instituição de internatos rurais ou de colônias escolares.

Sentindo o mesmo problema com muito acêrto e cuidado crítico, Almeida Júnior (9) sintetiza estas três medidas: “1) instituição do transporte escolar; 2) criação de internatos rurais; 3) manutenção de escolas de matrículas reduzidas. Em outras palavras será preciso concretizar o aforismo: onde a criança não possa ir à escola, que a escola vá à criança. Simples questão orçamentária. Simples e complexa!”

(8) A. Almeida Júnior — Os objetivos da Escola Primária Rural — in Rev. Bras. de Estudos Pedagógicos — julho de 1944.

(9) A. Almeida Júnior — Os objetivos da Escola Primária Rural — in Rev. Bras. de Estudos Pedagógicos — julho de 1944.

8. Nos municípios da zona rural comum, onde já existem povoações, vilas e cidades de população mais densa e onde as estradas são praticáveis, o problema não é tanto de estabelecer a escola, mas de torná-la funcional, isto é, em relação dinâmica com o meio.

O tipo mais comum de escola, nesse ambiente, é o que se denomina de “isolada”. Confiada a um só professor, com três classes reunidas na mesma e única sala, é escola de matrícula que pode variar de 30 alunos em um só turno, a mais de 100 em dois turnos, com uma frequência que quase nunca atinge a 70%. Atualmente ela tem por função única alfabetizar, o que realmente é muito pouco. Entretanto, não devemos ir ao extremo de dizer que isso não vale nada. Um indivíduo que tenha aprendido a lêr na pior escola e pelos piores métodos, sempre tem à disposição um poderoso meio de auto-libertação e de progresso.

Mas só isso não basta à comunidade. “A sociedade atual apoia-se na organização do trabalho; daí o princípio econômico da escola do trabalho... A escola do trabalho é a escola em que a atividade é aproveitada como um instrumento ou meio de educação. Nada se aprende senão fazendo: trabalhando.” (10)

Se é assim, êste trabalho não pode ser estranho ao meio; deve ser sugerido por êste, ter relação com êle e encaminhado em seu benefício.

Não me quero opôr à tese do prof. Almeida Júnior, que para isso me falta autoridade, em prol do programa mínimo para tôdas as escolas elementares ou primárias, mas é preciso por de relêvo certas considerações amáveis que o ruralista norteamericano T. Lynn Smith teceu relativamente a essa tese: “A educação elementar na cidade e no campo seria constituída dos mesmos elementos, mas tais elementos seriam selecionados de modo a retratar os valores reais da civilização em ambos os seus aspectos, rural e urbano — e não selecionados de forma tal que faça uma grande parte dos estudantes desejar a suposta vida melhor das cidades” (11). Eu penso que a proposição adversativa do período acima é, pedagogicamente, mais

(10) Fernando de Azevedo — *Novos Caminhos e Novos Fins* — Cia. Editora Nacional, 1931.

(11) Nota em inglês no artigo de A. Almeida Júnior, citado anteriormente.

importante que a principal. Da exata compreensão dos princípios que ela encerra e da sua perfeita aplicação depende o dinamismo educacional.

Isto quanto ao ensino primário comum. Mas é evidente que merece consideração e é essencial à vida econômica da comunidade, o ensino profissional que, nas zonas rurais, seria de grau elementar e em consonância com as atividades produtoras locais. Essas escolas, além do trabalho educativo profissional, atuam como agentes de racionalização do trabalho.

É claro que as escolas sòzinhas não farão milagres. Como já salientou, em parte, Fernando de Azevedo, a educação no campo deve estar aliada uma política de melhoramentos rurais, de assistência e levantamento do padrão de vida dos camponeses. Nas zonas de miséria, de atrazo e de produção escassa, onde o homem é corroído pelas endemias e o pauperismo, só a educação, independente de uma política administrativa mais ampla, terá que fracassar.

9. Nos municípios litorâneos, onde predomina a pesca, a escola também não pode continuar como simples instrumento de alfabetização. Sua função aí pode e deve ser bem maior.

Eu conheço *de visu* a miséria em que vivem os praeiros de São Francisco, Paratí, Itajaí, Pôrto Belo, Biguassú, São José e Florianópolis, em Santa Catarina. Conheci-os igualmente em Paranaguá. Em todos êsses lugares, as crianças, subnutridas, enfermças e feias, apresentam um baixo nível de aproveitamento escolar. Tristes e meio patetas, elas não brincam, porque não lhes sobram fôrças para isso.

Nos demais Estados brasileiros de zona praeira, o panorama humano certamente é o mesmo.

Aí, o trabalho da escola tem que associar-se intimamente ao de saúde pública e higiene. Os filhos de pescadores deverão aprender a alimentar-se, tanto quanto a ler e a escrever. Aprenderão a fugir das verminoses, pela aprendizagem de hábitos higiênicos. (12)

(12) Se falo aqui, em especial, da educação higiênica e da assistência sanitária, é porque nas zonas praeiras que conheço, o problema parece atingir a mais extrema gravidade. Sei, porém, da validade do truismo que afirma ser o brasileiro, em geral, um homem que não sabe alimentar-se, quando pode, e que se alimenta, via de regra, muito menos que o necessário.

Naturalmente, não é preciso roubá-los à profissão paterna, pois que ela é útil e necessária. Mas isto não impedirá que se tente levar os futuros pescadores a aprender o amanho de terra, na prática de horticultura, da criação de aves domésticas, etc., o que lhes permitirá enriquecer a alimentação, o frugal pirão de farinha de mandioca com peixe.

Tudo, porém, implica a mesma política administrativa e econômica já mencionada, de proteção e elevação do nível de vida rural, cuja aplicação e adaptação local compete ao município realizar. Sobretudo é preciso permitir ao pescador que ganhe um pouco mais pelo produto do seu árduo e perigoso trabalho. A horticultura doméstica supõe ferramentas, sementes e disposição para o trabalho, isto é, saúde. Tais coisas dependem do dinheiro ganho pelo indivíduo, ao mesmo tempo que de educação e assistência sanitária por parte da administração pública.

10. Nas zonas de colonização estrangeira, além do aspecto econômico-profissional da educação, é preciso considerar o problema da nacionalização do ensino.

Em geral, os europeus que bem conhecem a importância da escola, não passam sem ela. Uma vez estabelecidos em colônia, o seu primeiro cuidado é de fundar uma escola e escolher um professor, com ou sem a assistência do governo. E' evidente que tal escola será tão estrangeira quanto aqueles que a organizaram.

Deve ou não a administração pública efetuar a sua nacionalização?

Eu tenho dúvidas quanto aos resultados de uma política nacionalizadora que atue por meios impositivos e autoritários. Se os estrangeiros continuarem a viver como tais e a considerarem-se estrangeiros, pouco poderá a escola. Creio que o papel desta é de adaptar-se a uma progressiva assimilação dos imigrantes, tendo em vista que isto só é possível quando a assimilação é mútua, isto é, que nós só poderemos conquistar para a nacionalidade os imigrantes, se nos deixarmos conquistar também por êles, em parte pelo menos.

Será absurdo, por exemplo, tentar impedir que as crianças de Blumenau aprendam a falar alemão, e as de Caxias, italiano. Como também seria absurdo não lhes ensinar o vernáculo. A melhor solução é a que harmoniza os imperativos fa-

miliares e de grupos, dos imigrantes, com os nossos zelos nacionais: o *bilinguismo*. Hoje, nas colônias do Sul, nacionais e descendentes de imigrantes geralmente falam duas línguas. Há mesmo jornais que se imprimem em português e em alemão, ou, então, em italiano.

Creio que a assimilação pela escola deve ser feita de modo semelhante. Do contrário forçaremos os estrangeiros à resistência, quando não ativa e organizada, pelo menos passiva e tendente à criação da marginalidade, situação prejudicial aos seus descendentes, tanto quanto ao país que os recebeu.

Esta política nacionalizadora, hábil e sensata, deverá ser conduzida principalmente pela administração municipal, mais capaz pela proximidade, de levá-la a cabo, sem perder de vista as condições e oportunidades locais.

11. Até aqui apresentamos algumas considerações, baseadas em fatos e em teorias sociológicas, pelas quais pretendemos justificar o planejamento de uma política de educação rural intimamente conexcionada à política de administração municipal, pela qual se batem os atuais municipalistas brasileiros. Como dissemos de início, não pretendemos dizer novidade. No Brasil já muito se tem debatido em torno destes problemas. Como síntese de tais debates e em acordo com a exposição anterior, julgamos oportuno transcrever a seguir algumas das conclusões a que chegaram os relatores de teses no 8.º Congresso Brasileiro de Educação. (13), realizado em Goiânia, em 1942, e ao qual tive a honra de comparecer como delegado do Estado de Santa Catarina.

Sobre a educação primária fundamental — objetivos e organização: a) nas pequenas cidades e vilas do interior; b) na zona rural comum; c) nas zonas rurais de imigração; d) nas zonas de alto sertão — o prof. Raul Bittencourt sintetizou as seguintes conclusões a que chegaram as teses:

1) necessidade de se organizarem as escolas rurais de acordo com os interesses sociais da re-

(13) V. *Anais do 8.º Congresso Brasileiro de Educação* — Serviço Gráfico do I.B.G.E. — 1944.

gião, particularmente no que respeita à saúde e ao trabalho rural; 2) preparo especial do professor rural e melhoria de suas condições de vida; 3) acentuação do caráter nacionalista da educação nos núcleos de imigração e rigorosa seleção dos professores para as escolas dessas regiões; 4) maior contato do alto sertão com as zonas de civilização sensível, para possibilitar a penetração até ele do aparelho escolar.

De um modo geral, essas conclusões podem ser aceitas, logicamente, como universais estabelecidas por indução, quanto ao que encerram de acerto. Apenas temos escrúpulo em aceitar a de número 3, se ela não for limitada pelas considerações apresentadas no item n.º 10 deste trabalho.

12. Chegado a este ponto, resta uma pergunta, de solução aparentemente simples, mas efetivamente complexa e difícil: como fazer a coordenação dos esforços e recursos da União, dos Estados, dos Municípios e das Instituições particulares em matéria de educação, principalmente na de nível elementar?

No 8.º Congresso Brasileiro de Educação, chegou-se à conclusão de que “os Estados coordenarão os esforços e recursos dos respectivos municípios, regulando-lhes a intervenção em matéria de ensino primário, na conformidade do convênio celebrado com a União e atendendo às necessidades das zonas rurais”.

Tendo em vista essa conclusão e adotando como princípio a afirmação de que o Governo Federal, pelos seus órgãos legislativos, administrativos e técnicos, fixam as linhas mestras da política educacional e seus principais meios de execução, os Estados as coordenam e fiscalizam, e os municípios as aplicam ou põem em execução, creio que é possível resolver o problema econômico em conexão com os de execução segundo as exigências ambientais.

De que forma fazer isso, é matéria que supõe um trabalho prévio de planejamento por técnicos de educação, técnicos de administração, e economistas.